A CENTRALIDADE DO TRABALHO E OS AVANÇOS DO NEOLIBERALISMO NA PANDEMIA DA COVID-19

Ramayane Kamila Ferreira Lira[1]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir os rebatimentos do aprofundamento do projeto neoliberal no mundo do trabalho que recai sob a ampla classe trabalhadora neste momento de crise pandêmica. Abordando a centralidade do trabalho para o capital, reafirmada neste momento de pandemia, comprovando, assim, a contradição da ordem vigente, evidencia a conjuração dos interesses neoliberais e neoconservadores, que ensejam ataques antidemocráticos, reverberando sobre a sociabilidade capitalista e o cotidiano profissional. Por fim, reflete a insustentabilidade da ordem atual, ausente de políticas públicas que amparem o trabalhador nas necessidades inalcançáveis com o seu minguado rendimento.

Palavras-chave: Centralidade do trabalho; Neoliberalismo; Pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the repercussions of the deepening of the neoliberal project in the world of labor that falls upon the broad working class at this time of pandemic crisis. Addressing the centrality of work for capital, reaffirmed in this moment of pandemic, thus proving the contradiction of the current order, it highlights the conjunction of neoliberal and neoconservative interests, which give rise to antidemocratic attacks, reverberating on the capitalist sociability and the professional daily life. Finally, it reflects the unsustainability of the current order, absent of public policies that support the worker in the needs unreachable with his meager income.

Keywords: Centrality of Work; Neoliberalism; COVID-19 Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O início da pandemia decretada em março de 2020 pelo presidente da Organização Mundial da Saúde (OMS)[2] expos, ao mundo, questionamentos

[1]Universidade Federal de Pernambuco; Mestranda em Serviço Social; kamila_ferreira@outlook.com.

[2] Diante da rápida propagação geográfica do novo coronavírus Sars-Cov-19, o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, em 11 de março decretou a pandemia, que, no momento, já afetava 118 mil

infundados apresentados pelo capital. A afirmação sobre o fim do trabalho e/ou da classe trabalhadora foi desmascarada, quando economias despencaram no instante em que o isolamento social foi executado, confinando trabalhadores de todo o mundo em seus lares, como medida de contenção à propagação da COVID-19. Líderes mundiais de grandes nações reconheceram a gravidade do momento e iniciaram programas de transferência de renda para amparar aqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho. O retorno das práticas assistenciais do Estado revelou deficiências do plano neoliberal que privilegia a burguesia, e reduz as intervenções estatais no âmbito social.

Em um curto período, governos que, antes, prezavam pela privatização dos serviços de saúde e a flexibilização da legislação trabalhista como forma de "manter empregos", reconsideraram, ao menos momentaneamente, o individualismo propagado pela ideologia neoliberal. Campanhas publicitárias incluíram a coletividade em seus anúncios para defender o uso de máscaras e a vacina. Assim, a crise pandêmica, ao acentuar as expressões da questão social em diferentes âmbitos, evidenciou a insustentabilidade do modo de produção, que se apropria do que é socialmente produzido e limita a existência e a eficiência de políticas públicas que asseguram o bem-estar dos indivíduos subalternos à classe dominante.

Este artigo busca caracterizar o projeto neoliberal utilizado, hegemonicamente, neste período de mundialização e financeirização do capital, expondo a situação política que assolava o país, e repetia-se pelo mundo, nos momentos anteriores à pandemia da COVID-19. Assim, apresentamos os regressos trabalhistas em curso no início da pandemia e a situação da ampla classe trabalhadora brasileira, especialmente os subcontratados (terceirizados) e os trabalhadores informais, quando precisaram optar à árdua decisão: ficar em casa, protegendo-se do vírus, ou ir ao trabalho, em busca dos insumos necessários à sobrevivência.

Este trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e sua organização compreende esta introdução, o desenvolvimento teórico e a conclusão. No primeiro

pessoas, em 114 nações. A intenção era que todas as nações do mundo se antecipassem a disseminação já iniciada, tomando precauções para "detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão" (G1, 2020). O governo federal, contudo, ignorou o conselho, deixando a cargo dos governadores as ações de contenção da circulação do vírus.

momento do desenvolvimento, resgatamos o cenário político nacional, para mencionar o processo de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e no mundo, citando as ações do atual (des) governo na gestão do país antes e durante a pandemia. Já no segundo momento, abordamos as recentes alterações da legislação trabalhista e a composição da classe trabalhadora. Ainda neste tópico, discutimos os dilemas enfrentados pela classe subalterna a partir de março de 2020. Na conclusão, destacamos os efeitos do neoliberalismo na democracia brasileira, enfatizando as manifestações dos regressos trabalhistas e do projeto neoliberal no cotidiano profissional do assistente social, perante a insuficiência e precarização das políticas públicas no enfrentamento às agudizações da questão social, quando, na atualidade, a saúde pública vive o caos, com profissionais esgotados e recursos limitados, devido ao limite do teto de gastos públicos e a negligência do governo federal na condução da maior crise sanitária do século.

2 O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO ÀS VÉSPERAS DA PANDEMIA

O panorama político brasileiro tem sofrido grandes recuos democráticos nesta fase histórica do capitalismo mundial. Após a crise de 2008, que alcançou o país em meados de 2014, ocorreram modificações na política interna e nos processos produtivos, que incitavam a flexibilização da contratação como forma de “garantir os empregos” (ANTUNES, 2015). À frente do país, mantinha-se a presidenta Dilma, que foi reeleita, democraticamente, naquele ano. Mas, embora, a vontade popular afirmasse a continuidade de seu mandato, o capital projetava uma via antidemocrática para retirá-la do poder.

Em 2016, ano que ficou, categoricamente, marcado na história do Brasil, a presidenta reeleita, Dilma Rousseff, sendo considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu, foi impedida de governar, através do processo de *impeachment* que foi concluído no fatídico 31 de agosto.

Na sequência história que nos esperava, o golpe era apenas um instrumento o para o processo de ampliação da hegemonia do capital que estava por vir. Como nos diz Braz, o impeachment foi “um atalho para mais recuos democráticos que estão se desenhando em todos os níveis da sociedade brasileira” (2017, p. 90). Assim, o golpe

de 2016 expressava a necessidade das classes dominantes conformarem uma nova hegemonia, que criassem as condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substituísse a forma hegemônica que até então serviu; logo, se a forma anterior já não é mais eficaz, tratou-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais (BRAZ, 2017).

No entanto, o movimento interno na política brasileira era apenas um reflexo das articulações políticas externas, que expressavam a eclosão das forças dos movimentos extremistas da direita que despontavam em diferentes países. Nos EUA, a direita ascendente apontava a combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo, condensando forças próprias do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais) (BROWN, 2019).

As massas populares norte-americanas absorvidas pela nova conjugação do neoliberalismo moviam-se, ainda, pelo ressentimento da presença de uma família negra ocupando a Casa Branca e da presença de políticas públicas que não os favoreciam. Segundo Brown (2019), o novo populismo de extrema direita unia grupos que ressentiam a ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém.

Desta forma, a proposta neoliberal aglutinava diferentes grupos sociais e teorias de diferentes segmentos, até opostas ao próprio neoliberalismo, que reafirmavam o nacionalismo exacerbado, o conservadorismo, a tradição e a moral cristã, ao mesmo tempo em que demonizavam o social e combatiam à democracia institucional, a igualdade racial, social e de gênero (BROWN, 2019). Logo, as ações de caráter neoliberal expressavam o encontro político ideológico destes grupos sociais que, embora internamente viessem a divergir dos preceitos teóricos postos, acatavam a síntese dos elementos comuns e dos recém-absorvidos pelo neoliberalismo.

A amplitude do projeto neoliberal, como hegemônico do capital, diante das novas condições, ocorreu de forma grandiosa e alcançou países de diferentes

continentes. Em grandes nações[3], campanhas políticas da extrema direita expressavam a perspectiva neoliberal e, assim, a conjuntura política internacional revelava atores políticos que questionavam a democracia, a expansão dos direitos e o Estado.

O projeto neoliberal, que preza pelo Estado mínimo para o social, compreendia, ainda, a expansão da moralidade tradicional para além das esferas do culto familiar e privado, alcançando a vida pública e comercial. Assim, incorporando valores do neoconservadorismo, a proposta defendia a primazia da família no seio social, transferindo as responsabilidades do Estado para a base familiar, tornando-a a responsável pela saúde, educação e moradia de seus filhos.

> Embora os neoconservadores promovessem os valores familiares por razões morais e os neoliberais por razões econômicas, suas agendas juntavam-se em políticas por meio das quais as "obrigações naturais" e o "altruísmo" das famílias substituiriam o Estado de bem-estar e operariam tanto como "um primitivo contrato de seguro mútuo quanto [...] como um contrapeso necessário às liberdades do mercado". [...] a família não era apenas uma rede de proteção, mas um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade. Eles buscavam nela um entrave aos excessos democráticos e ao colapso da autoridade que acreditavam ser incitados pelas provisões do Estado social, especialmente aquelas relativas ao bem-estar e ao ensino superior público. Se os indivíduos pudessem voltar a depender da família para tudo, desde manter filhos gerados fora do casamento até o custeio da faculdade, eles também seriam ressubmetidos à autoridade, moralidade e disciplina econômica da família (BROWN, 2019, p.114).

Esta perspectiva individualista e de desresponsabilização do Estado transformava-se, assim, em uma resposta à redução da intervenção estatal no âmbito social, além de reduzir os gastos com as políticas sociais, ao conceder ao mercado mais um espaço para a mercantilizar direitos e privatizar o acesso.

Deste modo, as divergências internas entre os grupos neoconservador e neoliberal não eram suficientes para impedi-los de prosseguir com a expansão da hegemonia do capital. A difusão da ideologia neoconservadora, desta forma, tornava-se útil ao processo de ampliação e renovação do capital, que defendia a demonização do Estado social, para conseguir privatizar propriedades e serviços públicos (BROWN,

[3] Segundo Brown (2019, p.13-14), a proposta neoliberal dos candidatos extremistas: "[...] Era a imagem de um passado mítico de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as yizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo pátrio e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação e do Ocidente".

2019), reduzindo radicalmente o Estado social e desregulamentando legislações trabalhistas e ambientais para atrair investidores estrangeiros com o argumento de mão-de-obra barata, abundância de recursos ambientais e impostos e tarifas amigáveis.

Seguindo o espectro político das grandes nações capitalistas, no Brasil, movimentos políticos já exprimiam o projeto neoliberal que, aliado ao neoconservadorismo, contestavam a democracia, cultivavam o patriotismo, exaltavam a ditadura e propunham uma política centrada na família e na religião.

Os ataques à democracia já se iniciavam e partiam do próprio Estado sobre a classe trabalhadora. O cerceamento das liberdades democráticas tornou-se um dispositivo legal com a promulgação da Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016**)**, sancionada, no período, pela presidenta Dilma, que limitava os movimentos e protestos sociais.

A democracia brasileira, que desde a década de 1970 vivia um processo de blindagem[4] (DEMIER, 2012), é, então, reprimida pelo estreitamento da institucionalidade democrática – a qual permitia e viabilizava ações consensuais na dinâmica das relações entre o Estado e a classe trabalhadora –, tendo seu ápice com o golpe de 2016 que, apenas, foi possível devido o próprio funcionamento da institucionalidade democrática restrita e blindada (DURIGUETTO e DEMIER, 2017), que representava os interesses burgueses. Na ocasião, a destituição da presidenta explicitou o acordo entre o legislativo e o capital, expondo nas falas dos deputados, da intitulada bancada BBB (boi, bala e bíblia), que a conjuração do neoliberalismo e do neoconservadorismo já havia penetrado a política brasileira.

A execução da agenda neoliberal rendeu, ao Brasil, um cenário de regressões de direitos, somados a militarização, repressão política aberta, judicialização do protesto social, criminalização da pobreza, além de ofensivas contra reformistas e projetos de lei que atacam mulheres, os grupos étnico-raciais e a população LGBTQIA+ (DURIGUETTO e DEMIER, 2017).

[4] O termo democracia blindada, conceituado pelo autor, é usado para designar uma democracia liberal que tem seus núcleos de poder e tomada de decisão, praticamente, impermeáveis às demandas populares, absorvendo, desta forma, apenas interesses da camada burguesa.

No entanto, sua maior consequência consumou-se em 2018, com a eleição do atual presidente, que é guiado por um representante econômico que atua em nome dos líderes das grandes empresas brasileiras, articula-se com militares, e já adentrou o governo expondo a sua agenda de privatizações e contrarreformas para o Estado (CORREIOBRASILIENSE, 2020).

Em 24 meses de gestão, o (des)governo Bolsonaro tem deixado rastros irremediáveis, especialmente neste período pandêmico, quando o presidente lidera o movimento antivacina, enquanto o país alcança a triste marca de 200 mil vítimas da COVID-19. Nas suas aparições, o presidente da República não poupou em expressar seu descontentamento e oposição ao isolamento social, uso de máscaras e vacinas. Suas atitudes infundadas não se esgotam no desrespeito à vida dos 210 milhões de brasileiros.

Suas ações prezam pela criminalização das organizações sociais e flexibilização das proteções trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Em 2020, Bolsonaro: 1) reuniu-se com os ministros para, se aproveitando do momento, flexibilizar legislações ambientais que favoreciam o agronegócio (VEJA,2020); 2) incitou a demissão de dois ministros da saúde (ambos médicos) e pôs um militar da ativa à frente da pasta (G1, 2020) - que, por negligência, favoreceu a tragédia anunciada do colapso do SUS no Amazonas, diante da ausência de cilindros de oxigênios, respiradores e leitos para internamento; 3) gastou R$ 30 milhões com as emissoras cristãs em troca de apoio (BRASILDEFATO, 2020), enquanto alegava ausência de recursos públicos para o enfretamento da COVID-19; 4) tentou privatizar a atenção básica do SUS (BBCNEWSBRASIL, 2020), quando este, através de seus profissionais, desdobravam esforços para conter o crescente número de vítimas da doença; 5) além de, recorrentemente, ignorar o noticiário e promover aglomerações.

Como expressão dos interesses burgueses e conservadores, as façanhas do referido presidente se estendem em uma longa trajetória de incitação ao ódio e a violência, ataque à democracia, ameaças de ruptura institucional, sucessivas falas autoritárias, aversão à impressa, saudações e flertes com o regime ditatorial, além do desrespeito às pautas antirracistas, feministas e LGBTQIA+.

Assim, com o apoio de neoconservadores e neoliberais, Bolsonaro representa os interesses privados do grande capital, que maximiza o lucro, explora o trabalhador e espolia a terra. Com a democracia nos limites das intenções burguesas, o Brasil enfrenta períodos árduos e a resistência, junto a classe trabalhadora, mais do que nunca, é necessária.

2 AS ALTERAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E OS DILEMAS DA CLASSE TRABALHADORA NA PANDEMIA DA COVID-19

Alterações no mundo do trabalho para corresponder aos níveis satisfatórios de lucro para o capital são comuns na história do capitalismo. Ao longo de seu desenvolvimento, a ordem econômica sujeitou trabalhadoras e trabalhadores à sua dependência e subserviência, configuradas pela intensificação e extensão da jornada de trabalho (MARX, 2012).

Como produto da globalização e da expansão do capital, as alterações no mundo do trabalho, segundo Antunes (2015) e Alves (2000), incitaram a flexibilização e a intensificação da exploração do trabalho, a partir de novas formas de contratação que, com o neoliberalismo, alcançam a trabalhadores de instituições públicas e privadas.

Diante do panorama político, instituído com a agenda neoliberal para a promoção da hegemonia do capital, sucedeu um conjunto de transformações – de ordem técnica e, principalmente, política – que viabilizavam as novas condições de acumulação. A flexibilização, a intensificação e a precarização eram algumas das soluções apontadas pelo capital para o reestabelecimento da margem de lucro, que subordinam o trabalho aos interesses da burguesia (MOTA e AMARAL, 2000).

No Brasil, os processos de flexibilização e intensificação do trabalho foram institucionalizados com a Promulgação das Leis 13.429 e 13.467, ambas de 2017, componentes da Reforma Trabalhista, que expandiram os níveis de exploração e deterioração das condições de existência do trabalho vivo, ao instituir regressos que possibilitaram a ampliação da terceirização para execução da atividade-fim – inclusive

no âmbito público-, a regulamentação do teletrabalho, o fim das horas *in itineres*, a legalização do negociado sobre o legislado (BRASIL, 2017), dentre outros.

Delineado nos últimos anos, os ataques regressivos, propostos pela agenda neoliberal tem se dedicado à redução a proteção social ao trabalho, possibilitando maior exploração da força de trabalho, privatização de setores essenciais com potencial de lucratividade e ampliação das margens de apropriação do fundo público pelo capital que flexibilizam contratos de trabalho e reduzem as organizações sindicais dos trabalhadores (SANTOS, 2019). Aqui ainda

> [...] se destacam a desregulamentação da economia, as ameaças à instabilidade de quem trabalha no serviço público, o avanço da política de privatização de grandes e potentes estatais, as contrarreformas e a desregulamentação das legislações de proteção social, que vem se tornando rotina da agenda do Estado. Vale ressaltar a ocorrência das incoerentes e injustas reformas trabalhistas, previdenciária, ambiental e administrativa, além da criminalização dos movimentos sociais e de classes, e um constrangedor declínio intelectual político (LOPES,2020).

Acrescenta-se, ainda, às estratégias do capital a manutenção do precariado, o proletariado precarizado (BRAGA, 2010), também conhecido como a superpopulação relativa e o recrudescimento do exército de reserva.

Entretanto, são vultosos os efeitos desta política global de contrarreformas trabalhistas que intensificam a exploração e flexibilizam a contratação da mão-de-obra. Destaca-se como produto, deste adverso e contraditório cenário, a dimensão da classe trabalhadora, que integra um conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção, sendo a totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados, que compõem e caracterizam a ampla classe trabalhadora (ANTUNES, 2018) da atualidade.

Assim, a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2018), parte fragmentada, pauperizada e precarizada da ampla classe trabalhadora, marcada pela informalidade e pela subcontratação, viu-se ausente de escolhas diante das medidas de contenção ao COVID-19. O início da pandemia evidenciou seus tórridos dilemas que abrangiam desde à necessidade da creche e da escola, como local seguro para cuidar e alimentar seus filhos enquanto trabalhavam, à habitual superlotação nos transportes coletivos.

No período, também era destacado na mídia a precarização das habitações e o acesso das famílias à água potável[5] – essencial para efetivar a higienização e conter a propagação do vírus.

O nível das desigualdades econômicas-sociais entre os brasileiros foi agravado com a divergência de acesso das classes aos serviços de saúde. O perfil da primeira vítima da COVID, no Rio de Janeiro, sinalizava que a classe trabalhadora é que seria mais afetada. A morte da empregada doméstica, negra de 63 anos, hipertensa e diabética, que trabalhou para a patroa recém-chegada da Itália, anunciava as perspectivas do público que seria mais atingido.

A eclosão da pandemia agravou um quadro de precarização que já era alarmante. A situação financeira das famílias com trabalhadores terceirizados acentuava-se, ainda mais, diante das demissões em massa, reduções de salários e benefícios e atrasos de pagamentos (SINPRO-DF, 2020). Em Minas, a mineração foi considerada a responsável pelo aumento dos casos, por promover a aglomeração de trabalhadores em locais fechados (BRASILDEFATO, 2020).

Abertamente contra o isolamento social, esforços do presidente da República e de grandes empresários denunciavam a insuficiência do projeto neoliberal, atestando que é o trabalho o responsável por “fazer a economia girar ”, já que na interação entre o trabalhador e o meio de produção, o primeiro irá produzir a mais-valia, que o capital apropriará, em seguida, para lhe garantir sua margem de lucro.

Com poucos investimentos na proteção social, trabalhadores informais e uberizados (ANTUNES, 2018) recorriam ao trabalho temporário e de entrega em aplicativo, revelando à sociedade o processo crescente de empobrecimento e miserabilidade da classe trabalhadora, e o impactante avanço do desemprego e da informalidade no país.

Assim, a pandemia mostrou, com a paralisação quase total dos diversos setores dos ramos produtivos, que o trabalho ainda constitui elemento central para a

[5] Conforme a reportagem do G1 (2020), 31,1 milhões de brasileiros (16% da população) não têm acesso a água fornecida por meio da rede geral de abastecimento; 74,2 milhões (37% da população) vivem em áreas sem coleta de esgoto e outros 5,8 milhões não têm banheiro em casa; 11,6 milhões de brasileiros, que corresponde a 5,6% da população, vivem em imóveis com mais de 3 moradores por dormitório, o que é considerado adensamento excessivo.

estruturação da vida em sociedade. Ao mesmo tempo, intensificou a precarização do trabalho, com a permanência de trabalhadores diretos em modalidades de homeoffice e teletrabalho, que trazem consigo a perspectiva de prejuízos à coesão dos trabalhadores, de eliminação de direitos sociais e, do ponto de vista subjetivo, da melancolização do sujeito trabalhador (DELGADO e ROCHA, 2020), e a adesão do Estado ao trabalho remoto, que instiga a reforma administrativa, com a prerrogativa de economizar com a máquina pública ao reduzir e flexibilizar os postos de trabalho no serviço público (AGENCIABRASIL, 2020).

Assim, a rotina da ampla classe trabalhadora, que já era penalizada pela precarização e fragmentação das políticas públicas, foi acentuada pela crise da COVID-19, que ressaltou a necessidade de um serviço público de qualidade para a população, além de proteção social integral ao trabalhador, reafirmando a importância da intervenção estatal no âmbito social.

4 CONCLUSÃO

No Brasil, a agenda neoliberal, em consonância com a ideologia neoconservadora, fomentou o avanço do retrocesso, com a degradação das condições de trabalho e a retirada de direitos trabalhistas; as flexibilizações da legislação ambiental e a promoção do agronegócio; o discurso autoritário contra aos direitos humanos e aumento da força policial, tendo a morte como política de Estado; os ataques antidemocráticos e a exaltação da ditadura; ameaças à veículos de imprensa e a intimidação, perseguição e censura aos professores – no combate ao marxismo cultural – e aos opositores do (des)governo; a deterioração das instituições educacionais, universitárias e científicas e o cultivo do anti-intelectualismo, revisionismo histórico e negacionismo científico; a demonização do Estado, privatização de instituições públicas, fragmentação e restrição de direitos sociais.

Os efeitos do neoliberalismo em solo brasileiro apontam para a agudização das expressões na questão social, com o aumento de brasileiros na linha da pobreza e miséria, crescimento da taxa de desemprego e trabalho informal, exaltação do individualismo e imposição da moralidade tradicional.

A pandemia da COVID-19 evidenciou os dilemas citados, enfrentados, diariamente, pela classe trabalhadora, que foram produzidos pelo histórico capitalista de apropriação dos meios socialmente produzidos. Em 2020, foi perceptível a reação danosa do capital diante do isolamento social, quando, de fato, levou à morte, inúmeros trabalhadores que, ausentes de políticas públicas de proteção social eficazes, precisaram trabalhar, entraram em contato com o vírus e se depararam com o colapso do sistema de saúde, ficando à mingua.

Assim, a crise acentuada pela pandemia impulsionou a precarização das condições de vida e existência, assim como a exploração do trabalhador, diante das inúmeras plataformas de serviços de entrega, que empregam, precariamente, trabalhadores que vendem sua força de trabalho ausente de direitos.

É nesse contexto de centralidade do trabalho, insuficiência do neoliberalismo e precarização das políticas públicas que o Serviço Social, como profissão inscrita na Divisão Social do Trabalho e localizada na classe trabalhadora, é, assim, perpassado pelas mediações da totalidade social, que reverberam sob a prática dos/as assistentes sociais. Como totalidade histórica, a profissão absorve as determinações do contexto histórico, relacionando-se organicamente com o movimento concreto da totalidade (CARDOSO,2016). Assim, repercute no cotidiano profissional a ausência de direitos sociais aos profissionais e trabalhadores de vínculos flexibilizados, a precarização das condições de trabalho, a ausência de políticas públicas capazes de minimizar as expressões da questão social, os cortes nos investimentos das pesquisas sociais e a mercantilização do ensino, como projeto do capital para a formação de profissionais para o mercado, disponível na modalidade à distância, à custa de aligeiramento do processo formativo e do aumento da precarização do trabalho docente e técnico-administrativo.

O projeto neoliberal que preza pelo sucateamento das políticas públicas, instituiu retrocessos aos direitos sociais, que recaem sobre a categoria profissional novos limites e possibilidades à execução do Serviço Social.

Assim, nesta perspectiva de centralidade do trabalho e intensificação da exploração, é premente o realinhamento junto a classe trabalhadora, como forma de

enfretamento às medidas neoliberais que demonizam o Estado social e as manifestações e protestos da classe subalterna.

A existência de políticas públicas conservadoras, que minimizam a responsabilidade estatal, transferindo-as para as famílias e para instituições privadas, nos instiga ao debate junto aos usuários sobre as propostas estatais, em um contexto de educação popular, a partir da dimensão pedagógica do Serviço Social e do seu compromisso junto a classe pauperizada.

Logo, é indispensável o fortalecimento das instituições democráticas, para o posterior ingresso de representantes populares nos espaços democráticos e de tomada de decisão, de forma a assegurar a representatividade, garantida com o sistema democrático. Portanto, a pandemia da COVID-19 nos reforça a insustentabilidade deste modo de produção que expropria direitos e espolia a terra, sucumbindo os indivíduos a barbárie, diante da impossibilidade de sua humanização e/ou retorno de práticas relativas ao modelo de Bem-Estar Social, utilizado no século passado.

Por fim, faz-se necessário a proteção social integral do trabalhador, que garanta saúde pública gratuita e de qualidade a todos que precisarem e trabalho remunerado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ancorado na implementação de uma ordem igualitária, que defenda as universidades públicas, os investimentos em pesquisa e a confiança na ciência, com a ampliação das liberdades e valores democráticos, na construção da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

Governo economiza R$ 466 milhões com a máquina pública na pandemia. *Agência Brasil*, Brasília, em 03 de agosto de 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/ noticia/2020-08/governo-economiza-r-466-milhoes-com-maquina-publica-na-pandemia. Acesso em 14 jan. 2021.

ALVES, G.. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000. (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBOSA, Marina. Guedes busca apoio dos militares para a agenda privatizações. *Correio Brasiliense*, Brasília, 06 de maio de 2020. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/06/internas_economi,852125/guedes-busca-apoio-dos-militares-para-a-agenda-privatizacoes.shtml. Acesso em 14 jan. 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em 05 jan. 2021.

_____. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 05 jan. 2021.

_____. *Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.* Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em 14 jan. 2021.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*: São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan. /abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/ 0101-6628-sssoc-128-0085.pdf. Acesso em 07 jan. 2021.

BRONW, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. Editora Filosófica Politeia: São Paulo, 2019, 256p.

CAMPOS, João Pedroso de. Veja na íntegra os vídeos da reunião de Bolsonaro com ministros. *Veja,* 22 de maio de 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/veja-os-videos-da-reuniao-de-bolsonaro-com-os-ministros/. Acesso em: 08 jan. 2021.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil Contemporâneo. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org.). *Serviço Social no Brasil*: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez 2016.

COSTA, Larissa. Por promover aglomeração, mineração é responsável por aumento de covid-19 em Minas**.** *Brasil de Fato,* Belo Horizonte (MG), 25 de junho de 2020. Disponível em: https://www.brasildefatomg.com.br/2020/06/25/por-promover-aglomeracao-mineracao -e-responsavel-por-aumento-de-covid-19-em-minas. Acesso em: 14 jan. 2021.

DELGADO, Gabriela Neves; ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Um retrato do mundo do trabalho na pandemia em cinco paradoxos. *Revista Direito*, UnB: Brasília, maio – ago., 2020, V. 04, N. 02, p. 16-34.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FONSECA, Bruno; CORREIA, Marianna. Governo gastou R$ 30 milhões em rádios e TVs de pastores que apoiam Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 16 de jun. de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/governo-gastou-r-30-milhoes-em-radios-e-tvs-de-pastores-que-apoiam-bolsonaro. Acesso em: 08 jan. 2021.

GARCIA, Gustavo. Em ato no Planalto, Pazuello é efetivado, e Saúde passa a ter ministro titular após 4 meses. *G1*, Brasília, 16 de set. de 2020. Política. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/16/em-ato-no-planalto-pazuello-e-efetivado-e-saude-passa-a-ter-ministro-titular-apos-4-meses.ghtml. Acesso em: 08 jan. 2021.

IDOETA, Paula Adamo. O que diz a polêmica proposta sobre Unidades Básicas de Saúde, que acabou revogada por Bolsonaro. *BBC News Brasil*, São Paulo, 28 de out. de 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54727328. Acesso em: 08 jan. 2021.

LOPES, Noêmia de Fátima Silva. As transformações no mundo do trabalho em tempos de pandemia: os impactos para a classe trabalhadora. In: CRESS-MG. *Revista Conexões Geraes*, Belo Horizonte, 12 ed., dez. 2020, 63p.

MARTINS, Ribamar. Terceirizados: empresas não dão trégua durante pandemia e acirram ataques a direitos trabalhistas. *SINPRO-DF,* Distrito Federal, 16 de junho de 2020. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/terceirizados-empresas-nao-dao-tregua-durante-pandemia-e-acirram-ataques-a-direitos-trabalhistas. Acesso em 14 jun. 2021.

MARX, Karl. *O Capital*: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia de coronavírus. *G1,* 11 de mar. De 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ bemestar/coronavirus/noticia/2020 /03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml. Acesso em 14 jun. 2021.

MOTA, Ana Elizabete.; AMARAL, Ângela Santana do. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos:* ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Joseane Soares. O enfretamento conservador da questão social e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SILVEIRA, DANIEL. Coronavírus e desafios à prevenção: Brasil tem 31,3 milhões sem água e 11,6 milhões em casas 'superlotadas'. *G1*, Rio de Janeiro, 28/03/2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/28/coronavirus-e-desafios-a-prevencao -brasil-tem-313-milhoes-sem-agua-encanada-e-116-milhoes-em-casas-superlotadas.ghtml. Acesso em 14 jan. 2021.